

**A trilha como o lugar da coisa toda:  
as trilhas da Ilha Grande como lugares turísticos**

**DOI: 10.2436/20.8070.01.210**

**Mariana Cristina Pereira Ostanello**

Doutoranda em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: [mariana.ostanello@gmail.com](mailto:mariana.ostanello@gmail.com)

**Rosane Manhães Prado**

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil.

[pradorosane.m@gmail.com](mailto:pradorosane.m@gmail.com)

**Resumo**

A Ilha Grande, localizada no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, destaca-se pelo turismo de caminhada devido ao amplo circuito de trilhas bem estruturado e sinalizado ali existente. As trilhas da Ilha Grande são caminhos históricos constituídos ao longo dos séculos, desde os indígenas pré-descobrimto, e tiveram diversos usos e configurações até o momento atual, em que o turismo é o protagonista. Este artigo tem como objetivo apresentar, através de uma perspectiva etnográfica, fatos e ações públicas e privadas que contribuíram para que as trilhas da ilha fossem ressignificadas ao longo do tempo e transformadas em lugares e recursos turísticos. A teoria antropológica de Tim Ingold, de que a vida se constrói ao longo de trilhas e da caminhada por elas, foi uma inspiração para esta pesquisa baseada em observação direta, entrevistas presenciais e online e pesquisas bibliográficas. Mostramos como as trilhas da Ilha Grande se constituíram e têm sido ao longo do tempo utilizadas por diferentes usuários em diversas circunstâncias, como também mostramos que os significados das trilhas para os visitantes – os caminhantes – e para os visitados – os moradores locais – obedecem a lógicas opostas: para os primeiros, é o lugar do prazer, do lazer; e para os últimos, o lugar do trabalho e da vida fluindo.

**Palavras-chave:** Turismo. Ilha Grande-RJ. Trilhas. Caminhante. Turismização.

## 1 INTRODUÇÃO

A Ilha Grande, território insular pertencente ao município de Angra dos Reis, possui 193 km<sup>2</sup> e é maior ilha marítima do estado do Rio de Janeiro. Situada na região da turística da Costa Verde, tem todo o seu território tomado por quatro unidades de conservação da natureza, essenciais para manter seu ambiente natural ainda bastante preservado. A atividade turística hoje é a principal atividade econômica da Ilha Grande. Todas as suas comunidades sentem, em maior ou menor intensidade, a influência e os efeitos proporcionados pelo turismo. Este artigo tem como foco as trilhas existentes nessa ilha e que fazem dela lugar de destaque quanto ao turismo de caminhada no cenário nacional.

As trilhas da Ilha Grande já existiam antes mesmo da turistificação e da turismização do território (MENDONÇA & PRADO, 2021) e da criação das suas unidades de conservação, servindo como elos terrestres para deslocamento dos ilhéus por entre seus povoados. Na ilha, o tráfego de veículos motorizados é proibido, com exceção dos veículos da UERJ, para acesso ao seu campus localizado na área de Dois Rios, e os que prestam os serviços públicos, como recolhimento de lixo, policiamento ou fiscalização das unidades de conservação. De modo geral, a forma utilizada para mobilidade terrestre na Ilha Grande, tanto por visitantes quanto pelos moradores, é a pé.

O objetivo deste trabalho é apresentar as trilhas da Ilha Grande a partir de uma perspectiva etnográfica, desde a evolução de seu uso até o momento atual, no qual o turismo é o protagonista, bem como analisar seus usos e significados, tanto para os visitantes quanto os visitados. Além da observação participante, das entrevistas presenciais e online e pesquisas bibliográficas, foi utilizado como uma importante fonte de pesquisa o livro *Caminhos e trilhas da Ilha Grande*, escrito por José Bernardo (2005), que constitui um rico material sobre o início do turismo nas trilhas da ilha, com relatos detalhados e informações colhidas pelo autor em sua experiência na caminhada pelas trilhas da Ilha Grande. Inspiramo-nos na perspectiva do antropólogo Tim Ingold e do seu aparato conceitual de: *wayfaring/wayfarer* (que traduzimos diretamente como “caminhar/caminhante”), “malha”, “fio”, “nó”, “coisa”, “lugar” – que consideramos muito propício para analisar e refletir sobre as trilhas em questão, com as quais tais conceitos guardam uma analogia quase literal.

Este artigo é resultado da pesquisa desenvolvida por uma das autoras – Mariana Cristina Pereira Ostanello – para sua tese de doutorado em finalização, à qual está diretamente relacionado<sup>1</sup>.

## 2 AS TRILHAS DA ILHA E AS TRILHAS DE INGOLD

Enquanto está na trilha, a pessoa está sempre em algum lugar. Mas todo “em algum lugar” está no caminho para um outro lugar (INGOLD, 2007, p.81).

“Ir para Ilha Grande” é uma frase generalista. Cada núcleo habitacional referido a uma praia da ilha possui suas próprias características e modos de vida, sobretudo condições hoje impostas pela política ambiental vigente, de uso do solo/natureza e de

<sup>1</sup> Tese em desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

uso turístico. Então, quando um turista diz que vai para Ilha Grande, é importante questioná-lo: “para que *lugar* da Ilha você vai?”, já que ir para o Aventureiro não é o mesmo que ir para Abraão, nem para Provetá. São realidades distintas dentro de um mesmo território físico. Por isso muitos dizem que há diferentes lugares ou “ilhas” na Ilha Grande, referindo-se às suas heterogêneas comunidades distribuídas ao longo da costa e ao isolamento geográfico existente entre elas, os morros e a florestas. Reduzindo esse isolamento entre os habitantes das comunidades, elas são interligadas por uma malha de trilhas, que ali são consideradas vias públicas e que, hoje, são utilizadas sobretudo pelo turismo, permitindo ao visitante conhecer “todos os lugares” da Ilha Grande.

Neste artigo buscamos analisar as trilhas da Ilha Grande como o “lugar” onde as “coisas” ganham vida e acontecem, tal qual o sentido dado por Tim Ingold aos termos “trilha”, “lugar” e “coisa”. Segundo essa perspectiva de Ingold (2015), as trilhas da Ilha Grande podem ser vistas como lugares delineados pelo movimento e “habitadas” pelos caminhantes. Assim também, as comunidades da ilha são lugares “habitados” pelos ilhéus que vivem em cada uma delas. Todos eles, caminhantes e ilhéus, “habitam”, conforme Ingold, o espaço da Ilha Grande “em algum lugar”. Esse autor refere-se às pessoas que frequentam lugares como “habitantes” no sentido de que habitar não é estar “confinado em”, mas “vivendo em”:

a vida é vivida não dentro de lugares, mas através, em torno, para e de lugares, de e para locais em outros lugares. Eu uso o termo peregrinar para descrever a experiência corporificada deste movimento de perambulação. É como peregrinos, portanto, que os seres humanos habitam a terra<sup>2</sup> (INGOLD, 2015, p. 219).

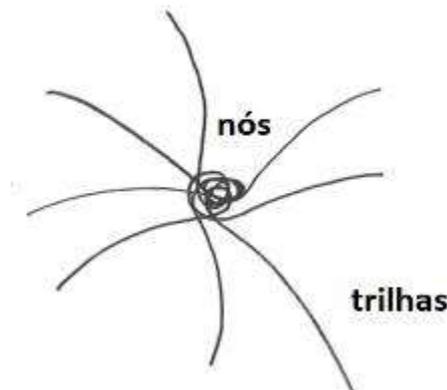
Para Ingold, a vida é, portanto, vivida em lugares e os lugares não têm “paredes”, “apenas horizontes progressivamente revelados ao viajante conforme ele passa ao longo de uma trilha; nenhum piso, apenas o chão sob seus pés; nenhum teto, apenas o céu arqueado acima” (INGOLD, 2015, p. 217). Isso nos permite uma transposição direta da categoria de análise para a categoria vivida. Conhecer todos os lugares é o objetivo primário de todo caminhante que se dispõe a fazer a volta a pé na Ilha Grande. Da perspectiva do caminhante (*wayfaring perspective*) de Ingold, “em todos os lugares” corresponde a toda a *malha* de trilhas interligadas ao longo das quais a vida é vivida (INGOLD, 2015, p.220), como aqui faço a analogia com o circuito de trilhas da Ilha Grande.

Prosseguindo ao longo de um caminho, cada habitante deixa uma trilha. Onde habitantes se encontram, trilhas são entrelaçadas, conforme a vida de cada um vincula-se à do outro. Cada entrelaçamento é um nó, e, quanto mais essas linhas vitais estão entrelaçadas, maior é a densidade do nó (INGOLD, 2015, p. 220).

<sup>2</sup> Os termos *wayfarer*, *wayfaring* foram traduzidos no livro *Estar Vivo* (INGOLD, 2015) como peregrinação, peregrino. Entretanto, em trabalhos anteriores de Ingold traduzidos para o português, *wayfaring* foi traduzido como caminhante. Como, aqui no Brasil, peregrino pode apresentar alguma referência religiosa ao leitor, preferimos aqui traduzir o conceito de *wayfaring* como caminhante, visto que o termo corresponde literalmente ao nosso principal interlocutor neste estudo: o caminhante da Ilha Grande.

Movendo-se pela trilha, o caminhante da Ilha Grande traça sua linha de vida, ou fio vital; do mesmo modo, os ilhéus observam o movimento dos caminhantes que atravessam o seu lugar, sua comunidade, sua praia. Muitas vezes, o trajeto dos dois se cruza e há interação entre as partes: um olá, um pedido de informação, uma conversa, o pernoite na casa de um morador, no camping ou na pousada, a refeição no bar, tudo isso, enfim, é o que Ingold chama de “nó”: “Lugares, então, são como nós, e os fios a partir dos quais são atados, são as trilhas de caminhada” (INGOLD, 2015, p. 220). A figura abaixo exemplifica essa ideia, na qual cada trilha é um fio vital, e cada nó é um lugar:

**Figura 1- Fio vital, nós e trilhas, adaptado de INGOLD (2007, p.98).**



Lugar é também um dos conceitos-chave para a geografia. Ramuz (1998) utilizou o conceito de lugar como categoria de análise para explicar as transformações ambientais ocorridas na Ilha Grande com o advento do turismo, sobretudo na vila do Abraão. Para ele:

Um lugar é também antes de tudo uma porção da superfície terrestre identificada por um nome. Este conceito tem origem em basicamente dois princípios fundamentais: o primeiro remete às suas características físicas naturais; o segundo decorre de motivações advindas de como se expressam as relações entre o homem e o seu meio ambiente, sobretudo no que condiz a princípios culturais (RAMUZ, 1998, p. 112).

Também através de uma perspectiva geográfica, Rickly-Boyd *et al.* (2016) explicam como os espaços turísticos se tornam lugares:

enquanto o espaço é produzido por meio de práticas, o lugar é um espaço tornado significativo; é mais do que funcional, é emotivo e afetivo. Para o turismo, isso significa atentar para as formas como os espaços turísticos são socialmente produzidos, mas também as formas como os locais turísticos se tornam pessoais, corporificados e contestados (RICKLY-BOYLD *et al.*, 2016, p. 2-3)

Para a geógrafa Ana Fani Carlos, o lugar pode ser traduzido como:

(...) o produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que

garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida (CARLOS, 2007, p.22).

A definição de “lugar” para a geografia é, como também define Ingold, um espaço vivido tecido pelas relações entre homem e natureza. Ingold (2012) sugere que a vida seja pensada enquanto um atributo estendido a todas as “coisas”, humanas e não-humanas, sendo que a “coisa”, por sua vez, “é um ‘acontecer’, ou melhor, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam” (INGOLD, 2012, p.29). Segundo a leitura que Machado (2016) faz de Ingold:

A ideia de coisa, inspirada pela filosofia de Heidegger, indica uma contraposição à ideia de “objeto”, buscando destacar o feixe de linhas que constroem a coisa como algo vivo: [...] Assim, se a pedra enquanto objeto enfatiza algo fechado e acabado em si, com características pré-definidas e “sem vida”, a pedra enquanto “coisa” destaca sua relação com o meio, seu potencial de uso enquanto moradia de insetos, como parte de construção de uma casa e etc. Neste sentido, Ingold (2012) aproxima-se de Deleuze e Guattari e a noção de “devir”, o que destaca o aspecto de movimento transformador e as potencialidades previstas na “coisa”. Desta forma, tal como árvores e plantas que crescem e se transformam, a casa e os prédios são “coisas” vivas sujeitas às ações do tempo, dos habitantes humanos e não-humanos – sujeitas às constantes transformações, como aponta Ingold (2012). Esta perspectiva propõe ver um mundo que não está cheio de objetos e então é ocupado por nós, mas um mundo de coisas sujeitas à transformação, onde habitamos (INGOLD, 2012), o que enfatiza a proposição de uma construção eterna e compartilhada (MACHADO, 2016, p.155).

Nos lugares, portanto, as coisas acontecem. As matas, os riachos, as cachoeiras, as praias, dentre outros, são os elementos não-humanos, ou “as coisas” que se entrelaçam na malha de trilhas da Ilha Grande. A malha é formada pela relação entre pessoas, lugares e coisas, que se integram aos ciclos e dinâmicas da vida e do meio ambiente (INGOLD, 2012). As florestas da Ilha Grande, por exemplo, são coisas no sentido que Ingold dá, de um elemento não-humano, porém ativo no processo de transformação da paisagem, ao ser utilizada e modificada pelos seres humanos, dos indígenas aos colonizadores, de várias maneiras e em variados períodos da história. A floresta foi explorada no ciclo econômico do pau-brasil, foi substituída nos ciclos seguintes pela cana-de-açúcar e pelo café, passou a ser preservada a partir da década de 1970 por leis ambientais, e hoje, a floresta é, dentre “outras coisas”, atrativo turístico. Interagiu, portanto, com toda uma série de mudanças na estrutura social, ambiental e econômica às quais a Ilha Grande esteve submetida desde sua existência. “As coisas desse mundo *são* as suas histórias, identificadas não por atributos fixos, mas pelas suas trajetórias de movimento em um campo de relações em desdobramento” (INGOLD, 2015, p.236). A história da Ilha Grande, portanto, se enreda às histórias contadas pelos humanos nos “nós” dessa grande malha de fluxos vitais formada por suas trilhas e pela movimentação por elas.

### 3 A HISTÓRIA NAS TRILHAS DA ILHA GRANDE

As trilhas da Ilha Grande são caminhos históricos que foram utilizados para as mais diversas finalidades pelos seus habitantes ao longo do tempo: para comunicação entre os núcleos populacionais desde os indígenas pré-coloniais aos atuais moradores, para atividades extrativistas e para a caça, para distribuição de mercadorias vindas do continente, para fiscalização e demais atividades relacionadas à época do funcionamento do presídio. Por elas “trafegaram índios, fazendeiros e donos de armação de baleias e seus trabalhadores escravos e não-escravos, comerciantes, pescadores, funcionários dos presídios e presidiários” (INEA, 2011, p.4-65). Elas são, portanto, lugares que já foram preenchidos por diversos modo de vida, e cada habitante, em seu momento, tecendo seu fio vital, contribuiu para a transformação social, ambiental ou econômica da Ilha Grande.

Mesmo com o passar de tantos anos desde seus primeiros usos no período pré-colonial, as trilhas da Ilha Grande ainda apresentam em suas bordas registros de quase todos os ciclos econômicos aos quais ela esteve submetida, que também condizem com a história econômica do Brasil, tornando alguns trechos algo parecido a um museu a céu aberto. As rochas amoladoras-polidoras fixas, encontradas em quase toda a ilha, embora em maior quantidade na parte oceânica, registram a presença de grupos humanos que, há mais de 3 mil anos, fabricavam lâminas de machados e eram exímios canoieiros, distribuindo-as pelo litoral brasileiro (TENÓRIO, 2006). Na trilha da praia de Caxadaço também conhecida como Caminho das Pedras, e na trilha que une Dois Rios à Parnaioaca, existem trechos revestidos por pedras colocadas por africanos escravizados há mais de 200 anos, na época do tráfico negreiro<sup>3</sup> (INEA, 2011). Ruínas de algumas antigas fábricas de sardinha, como a de Matariz, onde a trilha é a própria calçadinha que passa beirando o muro do barracão abandonado, ou que passa à frente da fábrica na praia Vermelha, são registros de um tempo áureo da pesca na Ilha Grande que prosperou da década de 30 até 70 do século passado<sup>4</sup>. Há também inúmeros “pés de plantas” que foram introduzidas nas atividades agrícolas como a cana-de-açúcar<sup>5</sup> e o café, no período colonial, e árvores frutíferas, de legumes e grãos, introduzidas em lavouras de autossustento. Algumas dessas espécies “exóticas” são facilmente encontradas ao redor das trilhas. Muito bem adaptadas, as espécies se apresentam ora de forma espaçada, como alguns pés de café, ou em fartos indivíduos, como os bambus e as jaqueiras, resistindo em meio à mata que se encontra em

<sup>3</sup> Com as primeiras leis de proibição de comércio de escravos, a baía da Ilha Grande foi utilizada como lugar estratégico para o tráfico de africanos escravizados. Na Ilha Grande existiam dois grandes traficantes, que também eram proprietários de fazendas de café: Cunha Guimarães, em Dois Rios, e Joaquim de Souza Breves, o “Rei do Café”, proprietário de várias fazendas na baía. Na Ilha Grande, Abraão e Caxadaço são os lugares apontados como o ponto de desembarque de muitos africanos. De Caxadaço indivíduos eram levados para Dois Rios através desse caminho existente até hoje. Como o comércio era ilícito, não há um número preciso de pessoas negociadas após a proibição por ali. (SANTIAGO *et al.* 2009, p. 336).

<sup>4</sup> A industrialização da salga de peixes na Ilha Grande começou na década de 1930. Na década de 1950 chegaram a ser registradas 20 fábricas de sardinhas na Ilha Grande. O declínio desta atividade iniciou-se na década de 1970, devido à diminuição de peixes na baía, provavelmente pelo aumento da pesca predatória. A última em funcionamento foi a EBRAPESCA, em Matariz, que fechou em janeiro de 1992 (BASTOS e CALLADO, 2009).

<sup>5</sup> Segundo Santiago *et al* (2009, p.336), no século XIX, existiam nove engenhos de álcool e açúcar na Ilha Grande, situados na Enseada das Estrelas, Freguesia de Sant’Anna, Matariz, Sítio Forte, Praia da Longa, Dois Rios, Enseadas de Palmas e Abraão. Além do açúcar, em meados desse século, introduziu-se o café.

processo de regeneração natural, sobretudo após o ano de 1971, quando o Parque Estadual da Ilha Grande foi criado, marcando o início da ilha enquanto “paraíso ecológico protegido”.

Mas a grande maioria das histórias ouvidas sobre as trilhas antes da ascensão do turismo remete ao período prisional. Por exatamente 100 anos a Ilha Grande abrigou, em sequência ou concomitantemente, cinco prisões que obedeceram a regimes carcerários distintos, algumas na mesma época, em Dois Rios e no Abraão.

Na época do presídio “homem que não era pescador, ou trabalhava na roça, ou era funcionário da Colônia”; assim relatou um morador de Matariz, de 58 anos, em entrevista realizada em agosto de 2017, confirmando outros tantos relatos registrados por pesquisadores da Ilha Grande (BASTOS e CALLADO, 2009). Suas lembranças sobre as trilhas remetiam à infância: elas eram utilizadas pelos presos como rota de fuga e pelos vigilantes para capturá-los, e ninguém se atrevia a entrar nas trilhas ao escurecer.

A perambulação pelas trilhas nessa época era muito pouca, não havia turismo e os moradores viviam com medo de encontrar algum “preso solto no mato”. José Bernardo esclarece ainda que:

Ao contrário do que muita gente acredita, as trilhas que contornam a orla ou cruzam as montanhas não foram desbravadas pelos presos foragidos do extinto presídio. Elas já existiam muito antes de o homem branco pisar na ilha, pois todas as praias eram interligadas por caminhos usados pelos índios. Na verdade, os presidiários não queriam deixar pistas por onde passavam, embora inevitavelmente acabassem deixando vestígios de sua passagem, permitindo aos volantes ou farejadores de preso (conhecedores de todas as trilhas e caminhos da Ilha) preverem em que lugar eles iriam sair. (BERNARDO, 2005, p.7)

O relato de um morador do Aventureiro, encontrado no artigo de SANTOS (2003), apresenta o medo que as mulheres dos pescadores também tinham de ficar sozinhas em casa quando seus maridos estavam no mar, bem como a insegurança que eles sentiam em deixá-las:

Segundo o morador do Aventureiro, a presença do presídio na Ilha trazia insegurança para os pescadores e lavradores que lá viviam. Embora nunca tivesse havido estupro no vilarejo, esse era o medo das mulheres. Quando um ‘vagabundo’<sup>6</sup> era visto nas praias vizinhas, as mulheres trancavam as casas e corriam com as crianças para uma das casas onde se sentiam em maior segurança. Às vezes, quando os pescadores saíam para a pesca, só as mulheres ficavam na vila (SANTOS, 2003, p. 279).

Os relatos dos moradores e o escrito por José Bernardo se complementam em relação ao medo generalizado que havia de presos foragidos, indicando que a movimentação terrestre pela Ilha Grande na época do presídio era bastante restrita. As pessoas só se sentiam seguras dentro de casa.

<sup>6</sup> Segundo Renato Buys, no livro *Contos da Ilha Grande* (2010), chamar um preso de “vagabundo”, mesmo que por hábito dos nativos ou dos guardas, era considerado uma ofensa para o preso, conforme ele apresenta no capítulo intitulado *Vagabundo, não...: “Não sou vagabundo, não, [...] sou assassino!”* (BUYS, 2010, p. 22).

Nesse período ambíguo, quando a Ilha Grande foi ao mesmo tempo o “caldeirão do diabo e o paraíso ecológico” (SANTIAGO, 2010), havia quem vislumbrasse nas suas trilhas um potencial para grandes aventuras, e o geógrafo José Bernardo foi um desses. Frequentador da ilha ainda nos tempos de presídio, teve a ousadia de mapear e descrever suas trilhas com a pretensão de publicar um livro-guia com orientações minuciosas para que outros aventureiros pudessem fazer o mesmo. Todavia, percebeu que fazer isso não seria um projeto tão simples naquele momento, a começar pela dificuldade de acesso à ilha imposta pelo sistema prisional:

A ideia que deu origem a esse livro começou no dia em que pela primeira vez coloquei os pés neste santuário ecológico. Durante algum tempo dediquei-me a colher dados que serviriam de referências para que outros aventureiros pudessem conhecer a tão temida e mal falada Ilha Grande, que por pouco não ganhou o apelido de A Ilha do Diabo. Porém, as dificuldades de acesso e a existência de um presídio de segurança máxima (Instituto Penal Cândido Mendes) fizeram meu sonho virar utopia. Naquela época, as barcas só faziam a travessia em dias alternados e o embarque em Mangaratiba somente era permitido para quem fosse morador, amigo de morador, soldado da Polícia Militar ou parente de presidiário. Muitas vezes fui de carona no barco do presídio, Tenente Loretta, com o porão cheio de presos (BERNARDO, 2005, p. XXXII).

José Bernardo também relata como era inseguro andar pela ilha-presídio. A caminhada por algumas trilhas como atividade de lazer não era tão agradável já que o medo às vezes era maior que o prazer, o que o fez concluir que publicar seu guia de trilhas naquele momento seria uma irresponsabilidade:

Era sempre sinistro andar por trilhas na mata, pois encontrar pelo caminho algum grupo de presos foragidos era correr risco de perder a vida ou virar refém. Qualquer barulho sempre nos deixava de prontidão e, muitas vezes, subi e desci morro correndo sem saber direito do que - quando não saem desabalados, os lagartos produzem, ao andar pelas folhas secas, sons bem semelhantes aos humanos. Dessa forma, era inviável qualquer aconselhamento para conhecer esse reino de praias idílicas (BERNARDO 2005, p. XXXII).

Cabe esclarecer que mesmo antes do fim do presídio a Ilha Grande já era um destino turístico importante no estado do Rio de Janeiro, destacando-se nos meses de verão, quando o fluxo de turistas se concentrava quase que em sua totalidade na vila do Abraão, pois era o único povoado com transporte regular. Um relatório de 1993, o Plano Diretor do Parque Estadual da Ilha Grande (UFFRJ/IEF/PRO-NATURA), informa que no mês de fevereiro de 1986, a vila do Abraão recebeu cerca de 11 mil turistas, que chegaram por meio da barca municipal. Uma pesquisa sobre o perfil do turista da Ilha Grande realizada em 1991 e apresentada nesse mesmo relatório mostrou que a caminhada foi a atividade mais desenvolvida por eles, com 32% de respostas. A pesquisa também questionou ao turista “qual atividade eles gostariam de fazer, mas por alguma razão não se sentiam à vontade”, e as caminhadas foram as atividades mais citadas, correspondendo a 23% das respostas (UFFRJ/IEF/PRO-NATURA, 1993, p.42).

Como se pode ver, – retomando a concepção de Ingold – é desde os primórdios da ocupação humana na Ilha Grande, que as trilhas, habitadas e vividas pelos mais variados

modos e períodos, do “sambaqui ao turismo” se entrecruzam como caminhos de coisas que se revelam na caminhada por elas.

#### 4. O USO TURÍSTICO DAS TRILHAS APÓS 1994

[...] No dia 02 de abril, pra ser exato, o governo estadual destituiu por implosão o presídio de Dois Rios. Duzentos quilos de explosivos contra cem anos de história foi a medida da transformação de um patrimônio em detritos, cacos e poeira. (BUYS, 2010, p.45)

##### 4.1 A institucionalização das trilhas

Com o final do presídio em 1994, o fluxo de turistas aumentou consideravelmente e de forma exponencial. Pessoas queriam utilizar seu tempo de lazer naquele território de natureza preservada ainda misterioso, um universo insular de lugares pouco conhecidos, pronto para ser explorado pelos mochileiros e aventureiros e usufruído pelos turistas. Muitos trabalhos foram publicados sobre esse período de transição entre o turismo proibido e permitido na Ilha Grande, dentre os quais cito: Ramuz (1998), Brito (2001), Prado (2006), Costa (2008), Santiago (2010), Mendonça (2010).

A “ilha-inferno” até então restritiva e perigosa, agora se transformava na “ilha-paráiso”, liberta dos medos causados pelas fugas dos presos, e livre também de qualquer outra denominação pejorativa nesse sentido. Ao “se libertar” do presídio e devido às suas unidades de conservação que mantiveram a floresta em sua maior parte protegida e preservada, a Ilha Grande era foco agora da curiosidade dos turistas, passando a ser representada pela ideia de um paraíso ecológico a ser visitado e usufruído pelos ecoturistas (PRADO, 2003).

Costa (2008), ao pesquisar sobre a ascensão do turismo na praia do Aventureiro, destacou a importância do fim do presídio e dos mochileiros para a evolução do turismo no local:

O tipo de turismo realizado no Aventureiro nos campings nos terrenos das casas frequentados por mochileiros seria totalmente inviável com a presença do presídio e das inúmeras fugas que ali ocorriam, além do que todo o aparato policial da Ilha Grande estava voltado para a vigilância dentro e fora dos muros da penitenciária, o que envolveria risco para os turistas que caminham hoje em dia pelas inúmeras trilhas da ilha Grande e que poderiam ser tanto abordados por presos fugitivos quanto por policiais em busca dos mesmos (COSTA, 2008, p. 262).

Com o fim do presídio, os caminhos existentes na Ilha começaram a ser utilizados de forma mais intensa. Ativamente, foram regenerados e incorporados ao turismo, na forma de atrativo ou como um meio de chegar até as diversas praias. Foi nesse contexto que José Bernardo retomou seu projeto de escrever o livro-guia de trilhas da Ilha Grande: “Com o crescente movimento do turismo ecológico, vi reascender o lume do meu sonho e resolvi então mexer novamente nas anotações do passado”. Ao retornar à ilha, o geógrafo pôde perceber mudanças significativas nas trilhas, proporcionadas pela regeneração ecológica da vegetação protegida por unidades de conservação e pelo pouco uso dessas vias terrestres na época do presídio,

principalmente das que foram incorporadas à área da REBIO da Praia do Sul, categoria de unidade de conservação que não permite uso turístico:

Voltei a campo e fiquei surpreso ao verificar que algumas simples picadas na mata, agora eram quase estradas. Outras que eram estradas foram engolidas pela mata, além dos novos caminhos que surgiram, levando-nos a lugares ainda mais surpreendentes (BERNARDO, 2005, p.7).

Nessa narrativa de José Bernardo pode-se ver como os caminhares, ou os não caminhares, pelas trilhas da Ilha Grande sempre as constituíram de um modo ou de outro. Algumas trilhas foram “trazidas de volta à vida” pelo turismo, ou seja, elas foram “restauradas aos fluxos geradores do mundo de materiais no qual elas vieram à existência e continuam a existir” (INGOLD, 2015, p.63). Outras, que antes eram estradas, utilizadas no período colonial, extrativista e escravagista, ou utilizadas na época do presídio, já não se enquadram mais nessa reconfiguração da ilha turística de natureza protegida, e foram desaparecendo, engolidas pela mata que hoje se regenera com a presença das unidades de conservação.

Com relação ao uso atual dessas trilhas pelo turismo de caminhada, houve alguns marcos legais importantes, como decretos e leis, e também projetos ambientais financiados por instituições públicas e privadas que sinalizaram e revitalizaram as trilhas, deixando-as mais seguras ao uso público e turístico. Um trecho do Plano de Manejo do PEIG (INEA, 2011) aponta que em 1994, ano da implosão do presídio, a Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande (BMEIG)<sup>7</sup> implantou várias placas de sinalização nas trilhas.

Com o avanço do turismo na ilha e a repercussão nas suas trilhas, a Prefeitura de Angra dos Reis (PMAR) viu a necessidade de estabelecer regras de uso para as trilhas da Ilha Grande. Num relato pessoal, Pedro da Cunha Menezes, diplomata e ex-chefe do Parque Nacional da Tijuca, encontrado no site O Eco, ele coloca:

Em meados de 1998 fui convidado pela prefeitura de Angra dos Reis para visitar a Ilha Grande para uma consultoria informal ao Projeto de Sinalização das Trilhas que estava sendo implementado lá. Na ocasião, dei uma palestra na Vila do Abraão, que resultou em um estimulante debate sobre a possibilidade de operar a volta da ilha como a primeira trilha de longo curso estruturada do Brasil. Houve até quem fosse além e propusesse a ligação ao continente e a extensão da trilha até Paraty, ligando natureza e história (MENEZES, 2017, online).

A palestra a que Pedro Menezes se refere ocorreu no dia 28 de agosto de 1998. Ele, um entusiasta das trilhas de longo percurso, já vislumbrava a volta na Ilha Grande como um produto turístico de grande potencial: ser a primeira trilha de longo percurso estruturada do Brasil. Estruturar uma trilha significa dotá-la de elementos que

<sup>7</sup> A Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande (BMEIG) é uma organização não-governamental criada em 1989 por Antônio Klabin, com os objetivos de preservar a ilha de riscos contra a sua biodiversidade e estabelecer condições, no âmbito social, para dar aos jovens ilhéus opções de inclusão e participação na cidadania em seu sentido mais amplo. Os jovens participantes da BMEIG são chamados de brigadistas, e desenvolvem várias atividades na Ilha Grande, através de projetos na área socioambiental e educação ambiental financiados por instituições privadas (TARTAGLIA, 2020).

promovam a segurança e a autonomia dos caminhantes, como placas indicativas e/ou placas de sinalização e estruturas de apoio ao pedestre, como pontes, escadas, desvios, entre outros.

O resultado foi a publicação no ano 2000 pela PMAR do *Mapa de trilhas da Ilha Grande*, apresentado como anexo do Decreto Municipal nº 2.003, de 10 de maio de 2000, que instituiu a servidão pública nas trilhas da Ilha Grande. Foi ele que trouxe a identificação das trilhas da ilha conforme conhecidas e identificadas até hoje, composto por dezesseis vias, classificadas cada uma com um T seguido de um número, T1, T2, e assim por diante até o T16 (Trilha 1, Trilha 2, etc.).

O Quadro 1, traz uma descrição resumida dessas 16 trilhas, seu início e término, praias, atrativos e núcleos habitacionais que atravessam, nível de dificuldade do percurso, tempo gasto para percorrê-las. As informações foram retiradas de diversos instrumentos como o *Mapa das trilhas da Ilha Grande* referido acima, sites de turismo [www.ilhagrande.com.br](http://www.ilhagrande.com.br) e [www.ilhagrande.org.br](http://www.ilhagrande.org.br), o livro *Caminhos e trilhas da Ilha Grande* (BERNARDO, 2005), além das medições auferidas através da caminhada por elas. A Figura 2 apresenta a distribuição dessas trilhas na Ilha Grande.

**Quadro 1 - Trilhas oficiais da Ilha Grande**

Trilha	Distância (metros)	Tempo de caminhada	Esforço Físico	Praias, atrativos e núcleos habitacionais
<b>T01</b> <b>Circuito do Abraão</b>	1.700 (ida)	2h30min	Leve	Abraão (início) Praia Preta Praia do Galego Poção Ruínas do Lazareto Aqueduto (fim)
<b>T02</b> <b>Aqueduto - Saco do Céu</b>	7.200 (ida)	3h	Semipesado	Aqueduto (início) Cachoeira da Feiticeira Praia Iguaçu Praia Camiranga Praia Perequê Praia de Fora Praia do Galo Saco do Céu (fim)
<b>T03</b> <b>Saco do Céu - Freguesia de Santana</b>	3.900 (ida)	2h20min	Médio	Saco do Céu (início) Praia da Guaxuma Praia do Funil Japariz Freguesia de Santana (fim)
<b>T04</b> <b>Freguesia de Santana - Bananal</b>	2.800 (ida)	1h40min	Médio	Freguesia de Santana (início) Praia de Baixo Praia de Grumixama Praia do Bananal Pequeno Praia do Bananal (fim)

<b>Trilha</b>	<b>Distância (metros)</b>	<b>Tempo de caminhada</b>	<b>Esforço Físico</b>	<b>Praias, atrativos e núcleos habitacionais</b>
<b>T05 Bananal - Sítio Forte</b>	4.900 (ida)	2h	Médio	Bananal (início) Praia de Matariz Praia de Jaconema Praia de Passaterra Praia de Maguariqueçaba Praia do Marinheiro Sítio Forte (fim)
<b>T06 Sítio Forte - Araçatiba</b>	6.100 (ida)	3h	Semipesado	Sítio Forte (início) Praia da Tapera Praia de Ubatubinha Praia da Longa Praia de Araçatiba (fim)
<b>T07 Araçatiba - Gruta do Acaiá</b>	10.400 (ida e volta)	4h	Semipesado	Araçatiba (início) Araçatibinha Praia de Itaguaçu Praia Vermelha Gruta do Acaiá (fim)
<b>T08 Araçatiba - Provetá</b>	4.700 (ida)	2h30min	Semipesado	Praia de Araçatiba (início) Provetá (fim)
<b>T09 Provetá - Aventureiro</b>	3.500 (ida)	2h30min	Pesado	Provetá (início) Aventureiro (fim)
<b>T10 Abraão - Pouso</b>	5.900 (ida)	2h50min	Semipesado	Abraão (início) Praia da Julia Praia da Crena Praia Comprida Praia do Abraãozinho Praia de Palmas Praia de Mangues Praia do Pouso (fim)
<b>T11 Pouso - Lopes Mendes</b>	1.000 (ida)	30 min	Leve	Praia do Pouso (início) Praia de Santo Antônio Praia de Lopes Mendes (fim)
<b>T12 Pouso - Farol dos Castelhanos</b>	13.000 (ida e volta)	6h	Pesado	Praia do Pouso (início) Praia de Itaoca Praia da Aroeira Praia do recife Praia dos Castelhanos Farol dos Castelhanos (fim)
<b>T13 Abraão - Pico do Papagaio</b>	10.400 (ida e volta)	6h	Pesado	Abraão (início) Trilha T14 (bifurcação) Pico do Papagaio (fim)



degradação do meio ambiente e ainda correndo o risco de se perder” (BERNARDO, 2005, p. 13).

Pelo Decreto Municipal nº 2.003 de 10 de maio de 2000, as trilhas passaram a ser consideradas e tratadas pela PMAR como as ruas de uma cidade: públicas e voltadas para a livre circulação de pessoas, uma forma de garantir que não mais sofreriam intervenções nos seus traçados ou dimensões, nem modificações ou impedimentos, como construção de muros, cercas, ou portões que pudessem impedir o trânsito livre. Ao instituir a servidão pública, o Decreto nº 2.003 considerava:

(...) que as trilhas da Ilha Grande foram constituídas ao longo dos séculos, desde a sua ocupação pelos colonizadores portugueses no início do século XVI;

(...) que essas trilhas são o acesso terrestre entre as comunidades de moradores instaladas nas praias da Ilha Grande e também a ligação entre estas comunidades e bens naturais com visitação pública, tais como nascentes, cachoeiras, picos, lagoas e outros;

(...) que por essas trilhas os moradores têm acesso aos serviços públicos de saúde e educação instalados na Ilha, constituindo-se em fator essencial de integração social e bem estar das comunidades;

(...) que essas trilhas são fundamentais para o desenvolvimento do turismo, como atividade econômica geradora de emprego e renda;

(...) que a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis realiza a manutenção destes acessos com serviços de capina, regularização do piso e escadas, empregando, portanto, recursos públicos;

(...) que, como componente do PED – Projetos de Execução Descentralizada do Programa Nacional do Meio Ambiente que contou com recursos do Município, Estado e União – foi realizado projeto de identificação das trilhas com a implantação de placas de sinalização turística para facilidade de moradores e visitantes;

(...) que as referidas trilhas são tidas como servidão de trânsito aparentes, sobretudo pela permanência do uso secular comunitário e intervenção do Poder Público Municipal;

(...) que desde a desativação da Colônia Penal de Dois Rios, a Ilha Grande vem sofrendo forte pressão por ocupação, motivando negociações de compra e venda de direito de ocupação das terras, sem considerar as trilhas como acesso constituído pelo uso secular, gerando conflitos entre novos proprietários, moradores e visitantes.

Observando-se os tópicos acima extraídos do decreto referente ao estatuto das trilhas como servidão pública, pode-se reafirmar os fundamentos da condição de “coisas” vividas e “habitação” dessas trilhas nos termos de Ingold, como já referido por nós: constituídas ao longo dos séculos, permitindo acesso terrestre entre as comunidades, entre as comunidades e os bens naturais e aos serviços públicos de saúde e educação, etc. Entre as justificativas destacamos a de que as trilhas *são fundamentais para o desenvolvimento do turismo*, como também queremos destacar neste artigo.

No ano de 2007, a área do PEIG foi ampliada por meio do Decreto Estadual 40.602 de 12 de fevereiro de 2007. A praia de Lopes Mendes e todas as terras localizadas em cotas topográficas acima de 100 metros, com exceção da área da REBIO da Praia do Sul, foram incorporadas ao PEIG. Em relação às trilhas existentes, dos 91,1 quilômetros das trilhas demarcadas pela PMAR, 79,5 quilômetros (ou 87%), ficaram englobados nos limites do parque (INEA, 2011, p. 4-97). Nesse momento iniciou-se um conflito entre as vias públicas municipais localizadas dentro da área do PEIG e o papel preservacionista da unidade de conservação estadual<sup>8</sup>. Por fim, a lei municipal passou a *recomendar* que “os planos de manejo das unidades de conservação de proteção integral da Ilha Grande contemplem o interesse das comunidades cujas trilhas são essenciais às suas necessidades de circulação”. Apesar de o traçado das trilhas não ter sofrido alterações, o Plano de Manejo (2011, p. 4-86) apresenta as trilhas instituídas como servidão pública como uma não-conformidade de uso dentro de seus limites. De qualquer modo, percebe-se que, independentemente dessa contradição jurídica, as trilhas da Ilha Grande persistem no uso que têm tido, com o turismo de caminhantes em lugar de destaque, como veremos nos itens finais.

### 4.3. A sinalização das trilhas

Em 2005, após inúmeros quilômetros percorridos em cinco anos de pesquisas, José Bernardo publicou seu livro-guia. Segundo ele mesmo, seu intuito era “minorar as dificuldades que o caminhante poderia ter para alcançar localidades distantes e selvagens, onde as trilhas são mais rudes e algumas sem nenhuma sinalização”. *Caminhos e trilhas da Ilha Grande* é uma espécie de *Lonely Planet*<sup>9</sup> das trilhas da Ilha Grande. Segundo o próprio autor, o livro foi inspirado para caminhantes *on the road*, uma referência ao bestseller de Jack Kerouac que influenciou jovens de todo o mundo a colocarem a mochila nas costas e botarem o pé na estrada na década de 1960.

Se para Ingold (2012) as “coisas falam por si”, as vias públicas da Ilha Grande, nesse momento, “suplicavam” por infraestrutura, porque o turismo chegou ali e os aventureiros, incentivados ou não pelo livro de José Bernardo, queriam explorar cada canto da ilha. Então, no final de ano de 2007, placas informativas e indicativas foram instaladas – as mesmas que ainda hoje podem ser encontradas nas trilhas – através de um projeto intitulado “Projeto de Demarcação de Trilhas da Ilha Grande”, executado pela BMEIG, e financiado por doações de instituições privadas e pela Prefeitura de Angra do Reis. Do planejamento à conclusão desse projeto, foram consumidos 18 meses, tendo sido instaladas 198 placas distribuídas ao longo das 16 vias oficiais (PMAR, 2007).

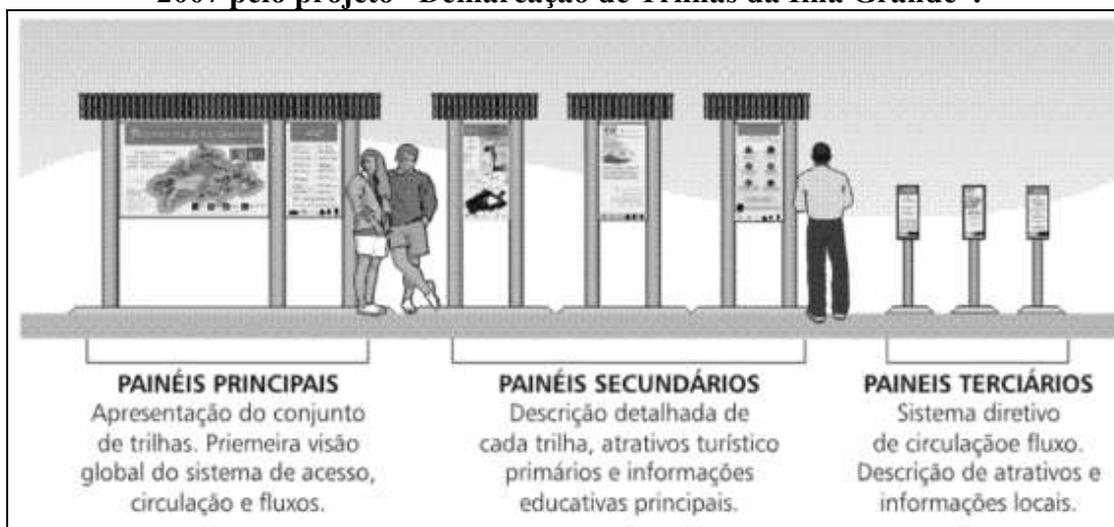
<sup>8</sup> Conforme se evidencia no plano de manejo do Parque Estadual da Ilha Grande (INEA, 2011, p.4-86): “Pelo fato do Parque ser um próprio estadual, o Decreto [Decreto Municipal nº 2.003, de 10 de maio de 2000] não tem efeito em seu interior, pois o livre trânsito é incompatível em certas trilhas situadas integralmente no interior do Parque”. Ciente da importância das trilhas para a livre circulação de pessoas, mas também ciente de que o território sob tutela do estado se sobrepõe às leis municipais, a PMAR no ano de 2009, integrou o Decreto Municipal nº 2.003 à Lei de Diretrizes Territoriais da Ilha Grande (Lei nº 2.088 de 23 de janeiro de 2009).

<sup>9</sup> *Lonely Planet* é o nome da maior editora de guias de viagens do mundo, fundada pelo inglês Thomas Wheeler no início da década de 1970. Seus livros são considerados como a “bíblia dos mochileiros” e contribuem de forma significativa para a configuração do perfil desse tipo de viajante (WELK, 2008; WILSON & RICHARDS, 2008).

Ainda hoje encontradas pela ilha, as placas de sinalização das trilhas da Ilha Grande dividem-se em três níveis (Figura 3): *painéis principais*, que contêm o mapa completo das trilhas e apresentam a visão global do percurso além de informações de distância e tempo de deslocamento de cada trecho, fixado em totens de madeira com telhado cerâmico de proteção; *painéis secundários*, instalados nas extremidades de cada trilha, com informações sobre aquele percurso, informações histórico-culturais e de educação ambiental também fixadas em totens de madeira com telhado cerâmico de proteção; e *painéis terciários*, que são plaquinhas indicativas fixadas em estacas instaladas nas bifurcações e na entrada das trilhas.

Com as trilhas sinalizadas, elas estavam fisicamente estruturadas para o desenvolvimento do turismo de caminhada de volta à Ilha, pois orientavam o trajeto dos caminhantes, permitindo a autonomia em segurança. Fazer a volta completa na Ilha Grande a pé significa percorrer todos, ou quase todos os dezesseis trechos de trilhas descritos no Quadro 1. Embora não seja uma regra, a identificação numeral dos trechos de trilhas estimula o caminhante que inicia a volta pelo Abraão a percorrer a Ilha Grande no sentido anti-horário, visto que lá se encontra a placa T1. A partir dela, o caminhante segue para a T2 (Saco do Céu), T3 (Freguesia de Santana) e assim por diante, até a chegada na praia do Aventureiro, que é o final da T9. Talvez por isso, a maioria dos caminhantes pesquisados fez a volta na ilha nesse sentido.

**Figura 3- Layout placas de sinalização das trilhas da Ilha Grande instaladas em 2007 pelo projeto “Demarcação de Trilhas da Ilha Grande”.**



Fonte: BMEIG - Relatório de Atividades, ano 2007.

Atualmente, as placas de sinalização das trilhas da Ilha Grande, sobretudo as encontradas nos trechos mais afastados da vila do Abraão, onde está a sede do PEIG, encontram-se em precário estado de conservação, como pode ser observado nas fotografias das Figuras 4 e 5. Em diversos pontos de trilhas, placas instaladas pelos próprios moradores ou empresários do turismo tem auxiliando a prática das caminhadas pelas trilhas da Ilha Grande pelo caminhante (Figura 6).

**Figura 4- Estado de conservação das placas de sinalização da Ilha Grande (painéis secundários): a) Trilha T02 no Saco do Céu; b) Trilha T04 na praia da Freguesia de Santana.**



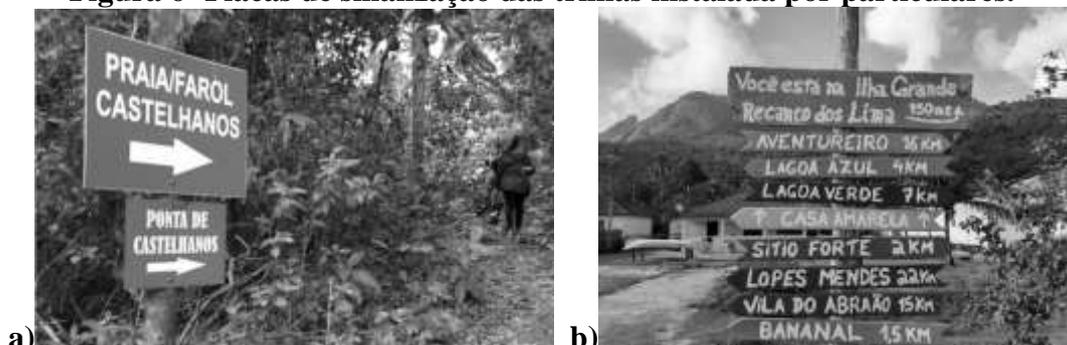
Fotos: João Pontes, 2021.

**Figura 5- Estado de conservação das placas de sinalização das trilhas da Ilha Grande (painéis terciários).**



Fotos: João Pontes, abril/2021.

**Figura 6- Placas de sinalização das trilhas instalada por particulares.**



Fotos: a) Mariana Ostanello, 2017; b) João Pontes, 2021.

## 5 AS TRILHAS COMO LUGAR E RECURSO TURÍSTICO: SEU SIGNIFICADO PARA VISITANTES E VISITADOS

A demarcação das trilhas da Ilha Grande nos anos 2000, a publicação do livro-guia de José Bernardo em 2005 e a instalação das placas de sinalização no final de 2007, foram, sem dúvida, situações importantes para inserção da volta na Ilha Grande enquanto um destino de caminhada de longo percurso. Essas ações, públicas e privadas, contribuíram para que as trilhas fossem ressignificadas e transformadas em lugares e recursos turísticos, ou seja, aptas para serem exploradas turisticamente. Recurso turístico, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), compreende “todos os bens e serviços que, por intermédio da atividade do homem e dos meios com que conta, tornam possível a atividade turística e satisfazem às necessidades da demanda” (OMT, 2001, p. 172).

A propósito, cabe destacar as colocações de Celso Castro (1999) quanto à criação de “lugares turísticos”. Acompanhamos o seu raciocínio, baseado na ideia muito bem ilustrada por Castro, de que “lugares turísticos” não existem em si: são socialmente e historicamente criados conforme os contextos histórico-sociais. Isso, o autor demonstra ao avaliar, através de análise de guias turísticos, os lugares considerados dignos de serem visitados pelos turistas no Rio de Janeiro, na década de 1930 e na contemporaneidade: das praças, monumentos e prédios do centro da cidade nos anos 30 às praias e paisagens da Zona Sul na atualidade, o turista tem o seu destino indicado, estabelecido, arbitrado pelos valores hegemônicos da sociedade naqueles momentos. O reconhecimento dos lugares como “turístico”

é uma construção cultural – isto é, envolve a criação de um sistema integrado de significados através dos quais a realidade turística de um lugar é estabelecida, mantida e negociada. Esse processo tem como resultado o estabelecimento de narrativas a respeito do interesse da ‘atração’ a ser visitadas. Essas narrativas associam determinados adjetivos a ‘pontos’ ou eventos turísticos’, antecipando o tipo de experiência que o turista deve ter (CASTRO, 1999, p.81).

Assim, sendo as trilhas um bem fácil, gratuito e de livre acesso na Ilha Grande, as agências (locais e externas), sob o viés do ecoturismo<sup>10</sup>, passaram a comercializar a volta a pé na Ilha Grande como um produto turístico, e não mais apenas como um meio para se atingir determinados atrativos turísticos. Assim também, vários guias de turismo tornaram as trilhas seu “ganha-pão”, lugar de trabalho, conduzindo caminhantes que optam por uma caminhada mais segura, sem risco de se perder pelas trilhas. Grupos de caminhadas passaram a utilizar as trilhas para as suas atividades coletivas. As trilhas, portanto, foram transformadas em uma *commodity* e ressignificadas para atender ao mercado do ecoturismo, conforme define Irving (2008, p.2).

<sup>10</sup> O “viés do ecoturismo”, nesse contexto, refere-se à noção frequentemente associada ao ecoturismo como uma forma de utilização da natureza de forma sustentável e que proporciona o contato com a natureza e o despertar de uma consciência ambiental. Para Irving (2008, p. 4), “o ecoturismo é fenômeno social (...) e representa frequentemente a busca de contraponto com a realidade cotidiana, a oportunidade de experiência integral, de valor afetivo, a partir da interação do sujeito que se desloca para o meio natural, mas também em direção aos códigos culturais de um destino, tendo a natureza em sua forma ‘protegida’ como atrativo principal”.

A volta a pé na Ilha Grande transfigurou-se também no “sonho de consumo” de mochileiros e aventureiros, incentivados cada vez mais pelos relatos na internet, em sites específicos de turismo mochileiro e caminhada, e redes sociais, o que contribuiu para sua divulgação e, conseqüentemente, para o aumento da demanda de caminhantes.

Diante disso, não há como ignorar a repercussão junto aos atores sociais mais referidos ao local, que é o caso dos moradores. Olhando de um lado para os caminhantes, e de outro lado, para os moradores, reproduzindo a clássica visão sobre visitantes-visitados nos estudos turísticos, as trilhas da Ilha Grande nos levam a um aspecto que chama a atenção em termos da realidade local, que é a relação entre as diferentes comunidades/praias da ilha.

Algo que, no desenrolar da pesquisa, muito surpreendia na nossa conversa com os moradores era a restrição do conhecimento geográfico que eles possuíam sobre as outras partes da Ilha Grande que não aquela em que vivem. Dos moradores aos quais tivemos acesso, sobretudo os nativos e menos jovens, poucos conheciam pessoalmente outras comunidades da Ilha Grande além da sua. As informações que eles possuíam das outras partes da ilha eram trazidas por outras pessoas e, nesse sentido, os caminhantes contribuíam bastante para a divulgação das informações. Uma das interlocutoras (Ana, 45 anos, fez a volta na ilha a pé em dezembro de 2020), relatou que essa falta de conhecimento dos ilhéus sobre a própria ilha era uma das coisas que a havia impressionado por ali:

Uma coisa que me surpreendeu um pouco foi que, tirando um ou outro mais aventureiro, a grande maioria deles [dos moradores locais], acho que 90% ou mais, acho que nunca fez a volta e, mais estranho ainda, por exemplo, lá no Sítio Forte, a gente tava lá com o [morador local], a gente perguntou pra ele o que tinha pra frente do Sítio Forte, quanto tempo até a Lagoa Verde, como que era o caminho, essas coisas... Daí ele respondeu assim: “Pra frente do Sítio Forte vocês vão passar por Tapera e Ubatubinha, daí tem um morro, assim, quase igual o morro que vocês vieram”. Daí a gente: “Mas, e depois?”, e ele: “Ah, depois eu não conheço”. Poxa, a gente chegou na Lagoa Verde em duas horas, com cargueira nas costas, e o morador lá nunca tinha ido. Sítio Forte é pequeno, não tem quase nada, e ele não conhece duas praias pra frente. Ele conhecia pra trás, que era Maguariqueçaba e conhecia uma praia pra frente. Ele mora lá não sei quantos anos, não sei se ele nasceu na ilha, mas ele mora muito tempo ali naquela casa e não conhece pra frente. (...) Então, é interessante isso, apesar do pessoal estar lá, eles não terem essa disposição. É engraçado, a gente não conhece o lugar onde a gente vive. A gente vai conhecer os outros lugares e não conhece o nosso direito. E vivem uma vida lá sem eles mesmos apreciarem o que eles têm em volta deles.

Essa visão da caminhante, que havia gastado suas férias, dinheiro e todo o esforço da caminhada para conhecer a Ilha Grande, era conflitante com a do morador da ilha, que não tinha o mesmo interesse que ela pelo lugar. O que ela, etnocentricamente, vê quase como um absurdo produz um choque cultural. Também nós em nossas pesquisas na Ilha Grande, já constatamos que muitos nativos aos quais tivemos acesso vivem “ilhados” em suas próprias comunidades e pouco conhecem do restante da ilha. Enquanto os caminhantes almejam explorá-la e tentar conhecer ao máximo suas belezas naturais, muitas pessoas que moram ali desde que nasceram não se deslocam e só

conhecem outras comunidades porque ouviram alguém falar como são. Esse não-caminhar dos nativos pelas trilhas, resulta também na falta de conhecimento dos mesmos sobre a totalidade da Ilha Grande, onde afinal vivem. E assim, não é à toa que se referem às respectivas comunidades/praias como “a Ilha”.

Conforme já apresentado, o não deslocamento dos nativos pelas trilhas pode ser um vestígio proveniente do sistema prisional ao qual a ilha esteve submetida. Mas também, é evidente que o uso das trilhas pelos nativos e pelos turistas obedece a lógicas inversas. Os lugares possuem significados diferentes para seus habitantes: enquanto a trilha para o caminhante é lugar do lazer e do prazer, para o nativo é o lugar do trabalho e da vida fluindo. Através das trilhas eles acessavam suas plantações, extraíam itens na floresta, caçavam. A trilha para o ilhéu, é o meio que o leva ao seu local de trabalho; por exemplo, há um fluxo de moradores do Saco do Céu que se desloca diariamente a pé até Japariz para trabalhar nos restaurantes e atender ao turismo. As trilhas da Ilha Grande, podem ser vistas conforme a lógica indicada por Brandão (1999) a propósito da vida camponesa:

(...) os nossos significados sobre eles são desiguais, porque o que vivemos ali é oposto. Por isso nem mesmo os nossos sentimentos podem ser os mesmos (...) os lugares de minha contemplação prazerosa e do meu passeio são os locais de seu trabalho sempre árduo, mesmo quando poetizado pelos que não o conhecem de dentro, vivido com os braços. São as trilhas de seus trajetos, nunca um passeio, entre um ponto e outro da geografia que a vida camponesa mapeia muito mais como referentes do exercício penoso sobre a natureza, do que como cenários de deleite provindos dos exageros dela (BRANDÃO, 1999, p. 34 *apud* NEIMAN & RABINOVIC, 2008, p.75).

Portanto, tal qual a ideia de Brandão (1999) e de Neiman & Rabinovic (2008), as trilhas para os moradores da ilha e para os caminhantes possuem significados diversos, que merecem ser reconhecidos para a compreensão das várias situações vivenciadas na Ilha Grande ao longo do tempo e aquela na qual ela hoje se encontra. Quanto aos caminhantes, além dos aspectos já apontados até aqui, sintetizados na atração que as trilhas exercem para esse tipo de turista, os objetivos e os significados da caminhada mostram-se bastante variados: há os que caminham para explorar a ilha e conhecer o máximo de lugares possíveis, sobretudo com a ideia de chegar a lugares onde o turista convencional comumente não vai, almejando um experiência “mais autêntica”; há os que veem a caminhada como um esporte; e há os que querem desafiar seus limites físicos, como indica o relato uma caminhante entrevistada que fez a volta a pé na Ilha em dezembro de 2020: “Eu gosto bastante do contato com a natureza e de me desafiar. (...) Eu fiz a volta na Ilha Grande justamente por isso, porque foi um desafio. Eu sabia que ali era muito bonito, eu não imaginava tanto, que seria tão bonito assim”.

Assim como ela, vários caminhantes entrevistados nesta pesquisa, sobretudo os que fizeram a caminhada de forma guiada ou em grupos de caminhada, foram até a Ilha Grande motivados pelas trilhas e, somente através da caminhada, é que a foram descobrindo o lugar e se surpreenderam. Enquanto os “caminhantes exploradores” mostraram-se bem mais abertos a relacionar-se com os ilhéus, os que objetivavam completar a volta na ilha como um desafio ou como um esporte, optavam, nos momentos de parada e de pernoite, pelo descanso e recuperação física. Uma

caminhante, ao ser questionada sobre a interação com o morador local, respondeu que ela ocorria:

durante o caminho, em algum lugar que a gente parava pra tomar uma água, ou pessoas que a gente cruzava e nos cumprimentavam. Alguns moradores perguntavam “Vocês estão fazendo a travessia? Como é que tá indo?” (...) Na verdade, a gente chegava muito cansados nos lugares e não saía, enfim, andava só, comia e ia dormir (Maria, 56 anos, fez a volta à ilha em novembro de 2020).

A interação entre caminhantes e moradores locais – os “nós” dos encontros dos habitantes dos fios vitais/trilhas e dos lugares, segundo Ingold (2007; 2012) –, também variou dado o objetivo da caminhada. Admite-se, portanto, que o fio vital de cada caminhante da Ilha Grande pode implicar mais ou menos “nós”, e que esses nós também podem variar em tamanho e complexidade, dado o objetivo e o significado de sua própria caminhada pelas trilhas.

## 6. CONCLUSÃO: A TURISMIZAÇÃO DA MALHA DAS TRILHAS

Mostramos aqui como as trilhas da Ilha Grande se constituíram e têm sido ao longo do tempo utilizadas por diferentes usuários em diversas circunstâncias e que, sendo assim, diversos sentidos lhes têm sido atribuídos pelos atores sociais a ela relacionados: moradores das comunidades da ilha, caminhantes, turistas, guias, agentes e outros empresários de turismo. Mostramos também que na atualidade é o “turismo dos caminhantes” que responde pelos significados hegemônicos desses sentidos atribuídos às trilhas da ilha – tanto por nativos como por turistas. Entendemos que, seguindo a concepção de Mendonça (2010), que viu e caracterizou uma Ilha Grande “turismizada”, também as trilhas da ilha podem ser vistas como turismizadas, ou como mais um exemplo da “turismização da Ilha Grande”. Em referência a esse trabalho sobre a Ilha Grande, Mendonça & Prado (2021, submetido) reapresentam o conceito de turismização – inspirado nas concepções de Norbert Elias (1993) sobre o “processo civilizador” e de José Sérgio Leite Lopes (2006) sobre o “processo de ambientalização” – como aplicável a outras situações de ocorrência e repercussões do turismo, o que julgamos ser o caso das trilhas por nós aqui considerado. Trata-se de

inserir a trajetória do turismo na Ilha Grande na mesma linha de entendimento do processo civilizador de Norbert Elias, no sentido de que este produz alterações na conduta e nos sentimentos humanos orientados para alguma direção. [...] A ideia de “turismização” proposta é inspirada na mesma perspectiva de Lopes (2006, p. 34), sobre a “ambientalização” como ‘um neologismo semelhante a alguns outros usados nas Ciências Sociais, para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo’. Ao ser adicionado o sufixo “zação” ao turismo, assinala-se, como no uso do termo ambientalização, que a turismização é um processo histórico de construção de um fenômeno associado a um processo de interiorização das diferentes facetas do turismo pelos grupos e pelas pessoas, que transforma e influencia nas relações e no modo de vida de um determinado lugar (MENDONÇA & PRADO, 2021, submetido).

Consideramos que aí se inclui o caso das trilhas da Ilha Grande, que pode ser visto como mais um exemplo da turismização da ilha, entre aqueles apresentados por Mendonça e Prado (2021). Mostramos também aqui de que modo as trilhas da Ilha Grande vieram a tornar-se turísticas em referência a significados alimentados, de um lado, pela frequência intensificada dos caminhantes e, de outro lado, pela repercussão disso entre os moradores e outros atores sociais locais relacionados a esse tipo de turismo. A sinalização e manutenção das trilhas, tanto pelos órgãos públicos, como por projetos sociais, iniciativas pontuais de empresários do turismo e moradores locais, já faz parte desse estatuto turístico que elas adquiriram.

Para arrematar, voltamos a Tim Ingold (2007, 2015), com os conceitos de “malha”, dos “fios vitais”, dos “habitantes” e dos “nós” – em que podemos reconhecer e compreender os caminhantes e os moradores da Ilha Grande como “habitantes das trilhas” perfazendo seus fios vitais e cruzando-se nos “nós” dos seus encontros. Dessa perspectiva processual/vital de Ingold, podemos entender a malha – viva – operante em torno das trilhas na ilha, hoje sob a égide de um turismo que por sua vez ocorre ali conduzido pela vivência dessa malha.

Com esta nossa demonstração/interpretação, esperamos que o reconhecimento da situação das trilhas da Ilha Grande seja útil para compreender a realidade da própria Ilha Grande, favorecendo o reconhecimento da própria situação da ilha, sobretudo nas propostas de planos e programas que se pretendem em seu benefício.

## REFERÊNCIAS

ANGRA DOS REIS (Município). Decreto n.2003, de 10 de maio de 2000. Institui a servidão pública nas trilhas da Ilha Grande. Disponível em <[https://www.angra.rj.gov.br/downloads/SMA/leis/decreto\\_2003.pdf](https://www.angra.rj.gov.br/downloads/SMA/leis/decreto_2003.pdf)>. Acesso em 12 dez. 2020.

ANGRA DOS REIS (Município). Lei Municipal n.2088, de 23 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande, de acordo com o artigo 15 da Lei 1.754 de 21 de dezembro de 2006. Disponível em <[https://www.angra.rj.gov.br/downloads/SMA/leis/lei\\_2088.pdf](https://www.angra.rj.gov.br/downloads/SMA/leis/lei_2088.pdf)>. Acesso em 12 dez. 2020.

BASTOS, Marcos; CALLADO, Catia Henriques. **O ambiente da Ilha Grande**. Rio de Janeiro: UERJ/CEADS. 2009, 562p.

BERNARDO, José. **Caminhos e Trilhas da Ilha Grande**. Rio de Janeiro: Enelivros, 2005, 392p.

BRIGADA MIRIM ECOLÓGICA DA ILHA GRANDE. Relatório de Atividades 2007. Disponível em: <<http://brigadamirim.org.br/wp-content/uploads/2016/01/rel-2007-auditoria.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sítiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da Serra da Mantiqueira, em Joanópolis**. Campinas, SP: UNICAMP, 1999. 175p.

BRITO, Flávio D'Assumpção. **Estudo das transformações sócio-ambientais da Ilha Grande/RJ: uma abordagem sobre turismo.** 2001. 143f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2001.

BUYS, Renato. **Contos da Ilha Grande.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. 180p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CASTRO, Celso. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, pp. 80-87.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. **O Aventureiro, Ilha Grande-RJ: uma análise de mudança social.** 2008. 313f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2008.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol. 1, 1993.

INEA, Instituto Estadual do Ambiente. Parque Estadual da Ilha Grande: plano de manejo (fase 2). Rio de Janeiro: INEA, 2011.

INGOLD, Tim. **Lines: a brief history.** London: Routledge, 2007. 179p.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: UFRGS, ano 18, n.37, 2012.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 390p.

IRVING, Marta de Azevedo. Ecoturismo em áreas protegidas: da natureza ao fenômeno social. In: COSTA, Nadja Maria Castilho; NEIMAN, Zysman; COSTA, Vivian Castilho (Orgs). **Pelas trilhas do ecoturismo.** São Carlos: RiMa, 2008. 320p.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: UFRGS, ano 12, n.25, 2006.

MACHADO, Rafael Siqueira. Entre Foucault e a Antropologia: “verdade” e “relação” em dialogia com o pós-estruturalismo antropológico. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n.22, p.138-159, jul/dez. 2016. Disponível em <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17412/8798>>. Acesso em 20 nov. 2020.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. Que paraíso é esse? A turismização da Ilha Grande. 2010. 341f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2010.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda e PRADO, Rosane Manhães. Turismo e o Processo Civilizador: a turismização da Ilha Grande (Rio de Janeiro, Brasil). **Caderno Virtual de Turismo**, 2021 (submetido).

MENEZES, P. C. O Brasil no caminho das trilhas de longo percurso. *O Eco online*, 2017. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/colunas/o-brasil-no-caminho-das-trilhas-de-longo-curso/>>. Acesso em 20 abr. 2020.

NEIMAN, Zysman; RABINOVICI, Andréa. Trilhas na natureza e sensibilização ambiental. In: COSTA, Nadja Maria Castilho; NEIMAN, Zysman; COSTA, Vivian Castilho (Orgs). **Pelas trilhas do ecoturismo**. São Carlos: RiMa, 2008. 320p.

OMT, Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001. 371p.

PRADO, Rosane Manhães. As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: UFRGS, ano 09, n. 20, 2003.

PRADO, Rosane Manhães (Org.). **Ilha Grande: do sambaqui ao turismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, 288p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS. Revitalização das Trilhas da Ilha Grande. Disponível em: [https://angra.rj.gov.br/noticia.asp?vid\\_noticia=42392&Index%20Sigla=imp](https://angra.rj.gov.br/noticia.asp?vid_noticia=42392&Index%20Sigla=imp). Acesso em 20 nov. 2020.

RAMUZ, Pedro Francisco. Os caminhos do turismo na Ilha Grande. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, 1998, n. 3, p. 111-120.

RICKLY-BOYLD, Jillian M.; KNUDSEN, Daniel C.; BRAVERMAN, Lisa C.; METRO-ROLAND, Michelle M. **Tourism, performance, and place: a geographic perspective**. Routledge, 2016. 180p.

RICHARDS, Greg; WILSON, Julie. The Global Nomad: motivations and behaviour of independent travellers worldwide. In: RICHARD, Greg; WILSON, Julie (Eds.). **Backpacker travel in theory and practice**. Channel View Publications, 2004, p. 14-39.

SANTIAGO, Ana Maria de Almeida *et al.* **O ambiente da Ilha Grande**. Rio de Janeiro: UERJ/CEADS. 2009, 562p.

SANTIAGO, Ana Maria de Almeida. **De “caldeirão do diabo” a “paraíso ecológico”**: a conversão da Ilha Grande. 2010. 262f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2010. Disponível em [http://www.bdt.d.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2344](http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2344). Acesso em 25 abr. 2016.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História e Memória: o caso do Ferrugem. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 46, 2003.

TARTAGLIA, Cesar. **Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande: 30 anos**. São Paulo: Chermont Editora, 2019. 183p.

TENÓRIO, Maria Cristina. Povoamento histórico da Ilha Grande. In: PRADO, Rosane Manhães (Org.). **Ilha Grande: do sambaqui ao turismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, 288p.

UFRRJ/IEF/PRO-NATURA. Plano Diretor do Parque Estadual da Ilha Grande. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1993. 247p.

WELK, Peter. The Lonely Planet Myth: backpacker bible and travel survivor kit. In: HANNAM, K.; ATELJEVIC, I (eds.). **Backpacker tourism: concepts and profiles**. Channel View Publications, 2008. p.82-94.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - pela concessão da bolsa de pesquisa de doutorado. Agradecemos ao Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro pela concessão da Licença de Pesquisa em Unidades de Conservação (nº 28/2018). Agradecemos ao guia de turismo João Pontes pela companhia em parte da pesquisa e pela cessão das fotografias que compõem este artigo. Agradecemos sobretudo aos demais pesquisados – caminhantes e moradores da Ilha Grande – pela aceitação de nossa presença invasiva e a cessão de seu tempo para atender às nossas questões.

### *The trail, the place where all things happen: the trails of Ilha Grande as tourist places*

**Abstract:** *Ilha Grande, located on the southern coast of the state of Rio de Janeiro, stands out for trekking tourism as it has a wide circuit of well-structured and signposted trails. The trails of Ilha Grande are historical paths which were established over the centuries, ever since pre-colonial indigenous peoples lived there, and have had different uses and configurations until today, when tourism is predominant. This paper presents, from an ethnographic perspective, facts as well as public and private actions that contributed to the island's trails being re-signified over time and transformed into places and tourist resources. Tim Ingold's anthropological theory, which proposes that life is built along paths and tracks, was an inspiration for this research based on direct observation, face-to-face and online interviews, and bibliographic research. We show how the trails of Ilha Grande were constituted and have been used over time by different people in different circumstances, and we also show that the meanings of the*

*trails for trekkers and for local residents follow opposite logics: for the trekkers the trail is a place of pleasure or leisure, and for the island's residents, the trail is the place of work and life flowing.*

**Keywords:** *Tourism. Ilha Grande-RJ. Trails. Wayfaring. Turismization.*

Artigo submetido em 05/08/2021. Artigo aceito em 30/09/2021.